

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 25 n. 1
Janeiro/Junho 2015
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 1	p. 1-297	Jan/Jun 2015
------------------------	----------------	-------	------	----------	--------------

A categoria “gênero” no Programa Nacional Mulheres Mil

Joana Célia dos Passos & Stela Rosa

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da concepção de gênero presente nos documentos que orientam o Programa Nacional Mulheres Mil. Implementada em 2011 pelo Ministério da Educação, a política visa ofertar educação profissional articulada com educação de jovens e adultos para mulheres em situação de vulnerabilidade social. A concepção de gênero expressa nos documentos está no âmbito das relações construídas socialmente, nas quais as mulheres encontram-se em situação de submissão e desigualdade que, articulada com as condições socioeconômicas, dificulta e, em algumas situações, até impede o acesso aos direitos e bens culturais socialmente produzidos, violando os direitos humanos. No entanto, a ancoragem conceitual da política baliza-se na feminização da pobreza, trazendo simetrias às categorias de gênero e sexualidade, dificultando a participação de sujeitos travestis e transsexuais, cujas identidades não correspondem à normatividade binária de gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero.
Feminização da pobreza.
Programa Mulheres Mil.

Recebido em 30/06/15.

Aprovado em 18/03/16.

The “gender” category in the National Program Thousand Women

The objective of this paper is to analyze the concept of gender present in the documents that guide the National Program Thousand Women. Implemented in 2011 by the Ministry of Education, this policy aims to articulate the youth and adult professional education with an educational offer to women in situations of social vulnerability. The gender concept expressed in these documents situates their scope in relations socially constructed, in which women's position is one of submission and inequality. Whenever that position is combined with hard socioeconomic conditions, it can even prevent the access to the rights and cultural goods socially produced, violating the Human Rights. However, the creation of this policy is anchoring in the feminization of poverty concept, bringing symmetry to gender and sexuality (social) categories, and often making harder the participation of transvestites and transsexuals, whose identities do not match the binary normativity of gender and sexuality.

KEYWORDS Gender. Feminization of poverty. Thousand Women program.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 1	p. 235-258	Jan/Jun 2015
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

A pauta dos direitos humanos até recentemente esteve centrada nos direitos civis e políticos. Contudo, com a atuação dos movimentos sociais e suas lutas contra as desigualdades, essa pauta se ampliou e passou a incorporar novos direitos: econômicos, sociais, culturais, ao desenvolvimento e à inclusão social. Nesse sentido, para a efetividade dos direitos humanos “torna-se insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica e abstrata” (PIOVEZAN, 2006, p. 24). Há necessidade de se reconhecer os sujeitos de direito em suas particularidades, pois determinados sujeitos ou determinadas violações de direitos exigem respostas específicas e diferenciadas. Este é o caso das mulheres focalizadas como beneficiárias no Programa Mulheres Mil¹, que aqui é analisado, haja vista que: “Considerando os processos de ‘feminização e etnicização’ da pobreza, percebe-se que as maiores vítimas de violação dos direitos econômicos, sociais e culturais, na experiência brasileira são as mulheres e as populações afrodescendentes” (PIOVEZAN, 2006, p. 26). Disso decorre a necessidade da adoção de políticas específicas, capazes de atender aos sujeitos e grupos sociais com históricos de vulnerabilidade, discriminações e exclusão social.

O Programa Mulheres Mil insere-se nessa perspectiva de direitos humanos, ao se constituir numa política pública de combate à miséria implementada pelo Governo Federal a partir de 2003² e propiciar elevação de escolaridade e qualificação profissional às mulheres em situação de vulne-

1 A Portaria 1.015/1 estabelece que a formação profissional deve ser articulada à elevação de escolaridade, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC), com a carga horária mínima de 160h, ou na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens). Na oferta dos cursos, deverão ser consideradas as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher.

2 A esse exemplo cita-se: o Programa Fome Zero, criado em 2003; e o Programa Bolsa Família, criado em 2004.

rabilidade. Observa-se que as políticas públicas que se propõem a reduzir a pobreza, em geral, estão articuladas à educação, o que evidencia a compreensão da educação como direito, mas, também, de que ela é fundamental para a superação das desigualdades nas condições de vida da população.

A iniciativa do Programa Mulheres Mil é decorrente da Cooperação Internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). A elaboração do projeto piloto começou em 2005, e as ações se iniciaram em 2007, tendo como financiadores e executores, pelo Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica; e, pelo Canadá, a *Association of Canadian Community Colleges (ACCC)*, a *Canadian International Development Agency (CIDA)* e os *colleges* canadenses³.

As ações contaram com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) de 13 estados das regiões Norte e Nordeste e com a parceria de oito *colleges* canadenses para o intercâmbio de experiências educacionais. Os trabalhos desenvolvidos objetivaram a construção de metodologias que promovessem acesso, permanência e êxito nos processos educacionais de formação profissional e inserção no mundo do trabalho para mulheres que possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza⁴ acentuada e baixa autoestima.

Em 2011, após o término da cooperação, o projeto piloto passou a ter *status* de política pública. A expansão da ação para todo o Brasil deu-se em um novo cenário da educação profissional e tecnológica, com a promulgação da Lei nº 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e transformou os Centros de Educação Profissional e Tecnológica e Escolas Técnicas Agrícolas Federais em IFs.

Este artigo apresenta uma análise da concepção de gênero e dos marcadores sociais presentes nos documentos oficiais do Programa Nacional

3 Pelo acordo de cooperação, os *colleges* canadenses repassariam aos IFs a *expertise* educacional no processo de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas desenvolvidas no país ao longo de dez anos. O Ministério da Educação, ACCC e CIDA foram responsáveis pelo financiamento da iniciativa.

4 A noção de pobreza constitui-se num fenômeno bastante complexo e envolve tanto a insuficiência de renda como outras dimensões de bem-estar. A pobreza é resultado da negação de direitos humanos.

Mulheres Mil. Como questões orientadoras, destaca-se: qual a concepção de gênero presente nos documentos do programa? Como são caracterizadas as mulheres/beneficiárias da política educacional?

Para responder às questões acima, foi realizada análise documental, de abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2010), trata-se de um conjunto de técnicas para análise de comunicação, a partir de procedimentos sistemáticos, que possibilitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

Seguindo a metodologia de Bardin (2010), a definição do *corpus* para análise buscou atender as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência⁵. Assim, foram analisados os seguintes documentos: a Portaria 1.105/11/MEC/SETEC, que institui legalmente o Programa Nacional Mulheres Mil, articulado com o Plano Brasil sem Miséria, o Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito, que orienta a implantação da ação nos IFs, responsáveis pela execução da política nos 27 estados brasileiros, e o documento do Programa Nacional Mulheres Mil, que traça diretrizes e metas para sua efetivação.

De acordo com Minayo (2008), a análise temática ou categorial, que destacaremos, é uma das técnicas de análise de conteúdo e se propõe a desvelar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência tenha significado para o objetivo analítico, possibilitando a realização de inferências interpretativas. Para isso, o texto é desmembrado em unidades e categorias, para reagrupamento analítico posterior. Seguindo orientações daquela autora, os textos dos documentos foram desmembrados nas seguintes unidades de registros:

a) os objetivos, justificativa e impactos do programa, nos quais estão expressos os marcadores sociais das beneficiárias e as justificativas que endossam a implementação da política e, no seu conjunto, formaram as unidades de contexto para analisar a categoria gênero; e

5 Segundo Bardin, a escolha do *corpus* deve atender às regras de exaustividade: deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada; representatividade: a amostra deve representar o universo; homogeneidade: os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes; pertinência: os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e ao objetivo da pesquisa; exclusividade: um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria.

b) os objetivos educacionais, nos quais são apresentadas normativas para o ingresso das alunas no curso (acesso), para a formação profissional (permanência) e a contribuição do processo educacional para a inserção no mundo do trabalho (êxito), formaram as unidades de contexto que compuseram os marcadores sociais que estão associados à mulher/beneficiária da política educacional.

A categoria “gênero” no Programa Mulheres Mil

Nas últimas décadas, políticas públicas de combate à pobreza direcionadas para mulheres pobres, nas áreas da assistência social, saúde e habitação, vêm sendo implantadas nos países da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia. A institucionalização dessas ações pelos governos, estimulada e apoiada pelos organismos internacionais, foi influenciada pelos debates sobre direitos humanos, pelo movimento feminista e por pesquisas sobre o tema mulher e pobreza, e ancorada no conceito “feminização da pobreza”⁶. Para Peace (1978), o processo de empobrecimento feminino é desencadeado quando a mulher com filhos, por não ter mais marido ou companheiro, passa a assumir a responsabilidade pelo sustento da família. Na concepção da autora, a chefia de família é vista como um indicador de pobreza (NOVELLINO, 2004).

A partir da investigação de Peace, vários estudos (BUVINIC & GUPT, 1994; BARROS, FOX e MENDONÇA, 1997), de acordo com Novellino (2004), também associam a pobreza à ausência de um homem adulto morando no domicílio, visto historicamente no papel de provedor da família. Nesses estudos, também é avaliada a situação das crianças nos domicílios de chefia feminina. Concluiu-se que a situação dessas é pior do que em outros tipos de domicílio. Infere-se assim que, nas famílias pobres chefiadas por mulheres, há transmissão intergeracional da situação de pobreza.

Algumas produções acadêmicas apontam fragilidades do conceito. Como a de Chant (2006), que analisou 13 relatórios nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e detectou que as mulheres são identificadas como sendo particularmente vulneráveis à pobreza em quatro desses rela-

6 Esse conceito foi introduzido por Diane Peace, em 1978, no artigo *Urban and Social Change Review*, cujo título é *Feminização da pobreza, mulher, trabalho e assistência social*.

tórios. A “feminização da pobreza” é identificada como um desafio, mas não há dados em apoio a essas afirmações. Em apenas um país é feito uso de estatísticas desagregadas por sexo. A autora também argumenta que há ênfase exagerada na chefia familiar feminina, sem abordar as situações de concentração de pobreza de mulheres e crianças em famílias chefiadas por homens, em decorrência da falta de acesso aos recursos.

Por outro lado, “el discurso sobre la feminización reificada como un hecho y vinculada directamente con la focalización en la jefatura femenina de los hogares refuerza los diagnósticos acerca de la pobreza (en tanto fenómeno) como un problema social aislado de sus causas estructurales y desvinculado del mercado de trabajo” (AGUILLAR, 2011, p. 130).

No Brasil, Melo (2005) realizou uma análise da pobreza com enfoque de gênero a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2001. O trabalho confirmou que há fatores relacionados ao gênero e à dimensão racial⁷ que colocam as mulheres negras brasileiras, principalmente, em situação mais vulnerável ante a pobreza. “O rosto feminino da pobreza tem seus traços pintados com a dissolução dos laços familiares que provocou um aumento relativo das famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Estas respondem por 27% das famílias pobres e 25% das indigentes” (MELO, 2005, p. 42).

Esse aspecto também é identificado por Silva (2013), quando informa que a renda das mulheres negras não chega à metade da renda dos homens brancos e corresponde a 56% dos rendimentos das mulheres brancas. Para a autora, “as discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação” (SILVA, 2013, p. 109).

Associado à chefia da família, estudos apontam a fragilidade da participação das mulheres no mercado de trabalho, no qual persistem as desigualdades salariais entre homens e mulheres. O Relatório *Tendencias Mundiales del Empleo de las Mujeres 2007* (OIT, 2007), apontou que a taxa

7 Não está se considerando aqui a existência biológica de raças, mas a sua construção social, política e ideológica, que, juntamente com a dimensão econômica e de gênero, estruturam as desigualdades na sociedade brasileira.

de desemprego feminina era de 6,6%, superior à masculina, estimada em 6,1%. A persistência das desigualdades salariais é outro fator destacado no documento, demonstrando que as mulheres recebem salários/rendimentos inferiores para realizar trabalho idêntico ao dos homens, incluindo as ocupações tradicionalmente associadas às mulheres, tais como enfermagem e educação. Em relação ao mercado de trabalho, as mulheres apresentam menor participação e sofrem mais desemprego. Contudo, as mulheres brancas apresentam taxa de desocupação 70% superior a dos homens, e as mulheres negras excedem em mais de 130%. Outro indicador que atinge as mulheres negras é a sobrerrepresentação no trabalho doméstico. “São 57,6% dos trabalhadores nesta posição e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada” (SILVA, 2013, p. 121).

Para dar resposta ao fenômeno do combate à miséria, governos da América Latina e de outras regiões implementaram, na última década, programas de transferência de renda condicionada, concebidos para reduzir a extrema pobreza e a pobreza, por meio de intervenções de curto e longo prazo, que objetivam contribuir com o rompimento do ciclo geracional da pobreza (FREITAS, 2008).

No Brasil, o Governo Federal implementou programas de combate à pobreza, entre eles o Bolsa Família, que tem o objetivo de combater a fome, a miséria e promover a emancipação das famílias mais pobres do país, por meio da concessão mensal de benefícios em dinheiro às famílias mais necessitadas, que devem ser repassados, preferencialmente, às mulheres (FREITAS, LAGO, SILVA, 2012). Nessa iniciativa está prevista a articulação de dimensões consideradas essenciais para a superação da fome e da pobreza, com a integração de programas complementares de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos (BRASIL, 2004a).

É nesse contexto que o Programa Nacional Mulheres Mil se insere, estabelecendo vinculação entre a ação educacional e as de combate à pobreza, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS). A iniciativa também está em consonância com as orientações e acordos firmados com as agências internacionais, entre elas o projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, a historiadora Joan Scott (1995), em seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, rompe com a concepção da dualidade entre sexo biológico e gênero que prevaleceu nesses estudos até a década de 1980. Para a autora, gênero é construído sobre a base da percepção da diferença sexual e é uma forma primária de dar sentido às relações de poder (SCOTT, 1995).

A autora aponta que há três formas descritivas para gênero. A primeira, como sinônimo de mulher, utilizada nos estudos sobre história da mulher, cujo objetivo era dar um tom mais neutro e obter reconhecimento político para as investigações. Na segunda, ao incorporar os homens na descrição do conceito, gênero situa-se enquanto sinônimo da relação entre mulheres e homens, que agem segundo os papéis historicamente construídos em cada sociedade. Seu uso adquire um caráter relacional e rejeita determinações biológicas.

A terceira, defendida pela autora, e com a qual concordamos, propõe a noção de gênero enquanto uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Nas suas palavras: “Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p.13).

Assim, verifica-se que no corpo e no sexo biológico incidem aspectos socioculturais, que se modificam no decorrer da história a partir das diferenças percebidas, as quais estão inter-relacionadas com os símbolos culturalmente construídos, os conceitos normativos que os interpretam e as concepções políticas (mercado de trabalho, educação, sistema político).

Louro (1997) aponta que esse conceito de Scott refere-se ao modo como as características sexuais são trazidas e materializadas na prática social e tornadas parte do processo histórico, relacionando-se com as diversas identidades do sujeito no contexto social. Assim, gênero e sexualidade não são categorias fixas e determinadas por um *a priori*, uma essência biológica que define os comportamentos masculinos e femininos, mas um processo de construção que se configura por diferentes práticas e discursos. Portanto, não há papéis feminino e masculino únicos, que se constituem em uma oposição binária construtora das diferenças entre homem e mulher, há diferentes formas de ser mulher e de ser homem, e de interpretar as

identidades de gênero e sexual, que são atravessadas pelos locais sociais dos sujeitos e nos quais esses estão e interagem.

Enquanto categorias imbricadas, sexo e gênero, muitas vezes, são consideradas equivalentes. Assim, as identidades de gênero e sexualidade também se confundem. Grossi (1998) assevera que a identidade de gênero é um processo de construção cultural dos papéis sexuais masculino e feminino, configurada pela diferença biológica, que começa a ser constituída mesmo antes do nascimento, quando, a partir do reconhecimento das características genitais e reprodutivas da criança, os pais começam a estabelecer as formas de ser e estar no mundo para menino e menina, como, por exemplo, nome, cor das roupas. Assim, o corpo é generificado, para o qual e no qual se estabelece identidades de gênero, expressas nas representações e papéis, que se incorporam aos demais marcadores sociais: cor, raça, etnia, classe, aparência física.

A sexualidade, por estar relacionada à forma como cada indivíduo vive sua afetividade, ao longo dos séculos XVIII e XIX, passou a ser confinada ao quarto do casal. Segundo Foucault (1998), a repressão e o ocultamento da sexualidade impõem-se na e pela lógica do capitalismo, que passa a ser regradada e normatizada pela família, e a função social é relegada à procriação.

Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se sexo é reprimido com tanto rigor é por ser incompatível com a colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força do trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que lhes permitem reproduzir-se? (FOUCAULT, 1998, p.11).

Circunscrita a quatro paredes, a temática começou a ser objeto de estudo nas últimas décadas, prevalecendo na sociedade ocidental cristã, segundo Weeks (1998), como um campo dual, permeado pela angústia e o conflito moral. Para a sexualidade, são definidas as práticas e comportamentos considerados morais ou imorais, pervertidas ou aceitáveis, preponderando o padrão de comportamento heterossexual, vinculando a atividade do sexo à da reprodução e aos contratos sociais que a legitimam. “El matrimonio monogámico entre compañeros de edad más o menos igual pero género diferente sigue siendo la norma (aunque, desde luego, no necesariamente la realidad) y, a pesar de muchos cambios, la puerta aceptada para entrar a la edad adulta y a la actividad sexual” (WEEKS, 1998, p.65).

Week apud Plumer (1998) pontua que cada sociedade estabelece regras distintas para as práticas sexuais de homens e mulheres, regulando restrições referentes a com quem se pode praticá-las e à forma de vivenciá-las. Ainda, seguindo o autor, assim como gênero, a sexualidade é um processo histórico de construção social, atravessado por relações de poder que regulamentam, limitam, controlam e dão sentido às atividades corporais.

Tais concepções influenciam não somente o modo como as identidades de sexo e gênero são normatizadas, representadas e vivenciadas no cotidiano, mas estão presentes nos discursos oficiais do Estado e expressos no delineamento da política pública. Assim, detecta-se que, no âmbito do Programa Nacional Mulheres Mil, as representações sociais das identidades de gênero estão em um campo de disputa e de reprodução da normatividade legitimada socialmente. Na Portaria 1.015/2011 (BRASIL, 2011a) e no Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2011B) são apresentados os pressupostos que balizam a implementação da ação educacional direcionada a mulheres pobres em situação de vulnerabilidade social. Vejamos:

Quadro 1: A categoria “gênero” nos documentos do Programa Nacional Mulheres Mil

<p>PORTARIA 1.015/2011 (BRASIL, 2011a)</p>	<p>Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes: I - Possibilitar o acesso à educação II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; III - Promover a inclusão social; IV - Defender a igualdade de gênero; V - Combater a violência contra a mulher;</p>
<p>PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL (BRASIL, 2011b)</p>	<p>Instituído pela Portaria Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade (p.1).</p> <p>As narrativas orais das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história. Há casos em que os filhos voltaram a estudar porque</p>

querem seguir o exemplo da mãe; outras garantem a renda familiar com a própria produção, etc. (p.4)

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente *número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família.* (p.5, grifos nossos).

(..)O Programa Nacional Mulheres Mil deve abranger a *população feminina* na faixa etária acima de 18 anos, que busca oportunidades de acesso às ações educacionais e à inclusão e permanência no mundo do trabalho. (p.6, grifos nossos)

Aliadas a isso estão as dificuldades de acesso à oferta de formação e qualificação profissional e cidadã que respeitem as peculiaridades e dificuldades desta parcela da população que tem uma tripla jornada de trabalho, pois, *além da atividade laboral de subsistência (domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras)*, como detectado nos 13 estados, cuidam dos filhos, da casa e muitas ainda são responsáveis pelo cuidado dos familiares mais idosos (p.6 e 7, grifos nossos).

Os resultados obtidos nas 13 experiências demonstram a importância de implantar políticas educacionais com recorte de gênero. Segundo as narrativas orais das alunas, detectou-se que o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças na vida dessas mulheres em diversos aspectos... (..)nas *relações familiares, na melhoria do desempenho dos seus filhos na escola, visto que elas passaram a auxiliá-los e incentivá-los nos estudos. Além disso, elas conquistaram respeito dos seus cônjuges e companheiros, reduzindo a violência doméstica.* (p. 8 e 9, grifos nossos).

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
- Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.
- Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais. (p.10)

Elaboração: autoras, 2015.

Ao analisar os sentidos das mensagens, verifica-se que, nos relatos das beneficiárias do projeto piloto, são destacados os impactos referentes à melhoria na renda, nas relações com os cônjuges e companheiros e na educa-

ção dos filhos. Ao se transformar em política pública, tais resultados são incorporados aos objetivos, ao explicitar que visam contribuir com a igualdade social e econômica, a redução da violência doméstica e a diminuição da miséria, promovendo a equidade e igualdade de gênero. Ressalta-se que, no âmbito do Programa Nacional Mulheres Mil, as beneficiárias são pobres, têm baixa escolaridade e estão numa condição de marginalidade frente ao mundo de trabalho, em “atividade laboral de subsistência (domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras)” (BRASIL, 2011b, p.6). Segundo Melo (2005), as mulheres têm rendimentos menores que o dos homens, portanto, tal situação é uma realidade para mulheres brancas e negras. Em relação às ocupações, o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, mas são as negras, cerca de 56%, que estão nessa atividade e usufruem ainda os menores rendimentos da sociedade. “A desigualdade é uma realidade para todas as mulheres e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda” (MELO, 2005, p. 43).

Assim, infere-se que as mulheres focalizadas pelo programa estão subjugadas a relações sociais desiguais e de sujeição perante os homens, quer no âmbito da vida privada, quando vitimadas pela violência, quer na pública, inseridas de maneira precária no mundo do trabalho. Percebe-se, portanto, que a concepção de gênero do Programa Nacional Mulheres Mil configura-se na esfera da construção social de homens e mulheres, que são educados e socializados de maneiras diferentes, criando oposições e até mesmo divergências.

De acordo com Scott (1995), essa visão aparece inicialmente entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, rompendo com o determinismo biológico. Homens e mulheres, então, são definidos em termos recíprocos e só se poderia entender os sexos em estudos recíprocos, ou seja, as histórias de homens e mulheres são construídas conjuntamente. Nesse sentido, “(...) o termo gênero torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p.75).

Na reflexão de Louro (2010), ao introduzir na categoria gênero a perspectiva de construção social do feminino e do masculino, o conceito rompe com as proposições essencialistas, incorporando que há formas diversas

de ser homem e mulher entre as sociedades, nos momentos históricos e no interior de cada uma, quando considerados os marcadores sociais de classe, raça, etnia, religião.

No entanto, detecta-se que, ao mesmo tempo em que a categoria gênero no programa remete à construção social que se dá pelas relações entre homens e mulheres; na justificativa, ancorada no pressuposto de chefia de família e maternidade, prepondera a explicação biológica para as identidades de gênero e sexo. Segundo Grossi (1998), tal visão é comum nas sociedades ocidentais, onde o discurso científico tem um peso expressivo e para o qual a morfologia do sexo feminino é constituída e reconhecida para quem tem vagina e útero. Desta forma, estabelece-se equivalência entre as categorias sexualidade e gênero, vinculando-as à capacidade reprodutiva das mulheres, e o sexo torna-se pressuposto da reprodução. A consequência é o binômio sexo-procriação, cujo modelo de heterossexualidade erige-se como padrão de heteronormatividade.

Tal concepção, segundo Ávila (2003), constitui-se de relações sociais desiguais entre homens e mulheres frente à sexualidade e à reprodução. Ela decorre de um poder patriarcal instituído pelos homens que prescreve às mulheres a submissão da sexualidade à reprodução, em que a violência cotidiana constitui-se em mecanismo de dominação sobre a vida sexual das mulheres.

Com identidades de gênero demarcadas pelo determinismo biológico, os papéis sociais de cada um – homem/pai e mulher/mãe – são diversos, mas interligados e significados pelas características anatômicas e biológicas dos corpos. Para essas, são impostas normatizações que criminalizam comportamentos, restringem os direitos sexuais e reprodutivos, principalmente das mulheres, sobre as quais recai uma carga maior pelo cuidado dos filhos e pela transmissão intergeracional da miséria, quando se integra o conceito de feminização da pobreza.

Segundo Correa (2006), essa concepção legalmente instituída também repercute na inviabilização de identidades de gênero não identificadas com as características biológicas atribuídas à mulher e ao homem: “(...) leis, códigos e normas continuam operando como sistemas de classificação, hierarquização e, na maioria dos casos, criminalização de identidades e práticas sexuais” (CORREA, 2006, p.103).

A situação vivenciada por Karem, que tentou se inscrever em um curso do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), ilustra essa invisibilidade e discriminação. Apesar de reconhecida e aceita na comunidade das paneleiras como transexual, para os órgãos oficiais ela é conhecida pelo seu nome de registro. E foi o nome masculino da transexual que impediu seu acesso à política, visto que nos aparatos legais do programa sexo e gênero estão vinculados aos aspectos biológicos do corpo feminino, não sendo permitido no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), do Ministério da Educação, a inserção de um nome masculino no programa. Ainda não há previsão de inclusão do nome social no sistema⁸.

Para contornar a situação, a coordenadora do programa no IFES conseguiu que a instituição assumisse os recursos da inclusão, garantindo que Karem recebesse a assistência estudantil prevista para as demais alunas, mas a recusa inicial fez Karem desistir: “Fiquei chateada. Nunca imaginei que seria recusada”, declarou a transexual para o jornal *Gazeta On Line*⁹. Segundo gestores da ação nos IFs, não houve relato de recusa de matrículas a mulheres lésbicas. Conclui-se, assim, que há conflitos na concepção de gênero apreçoada no programa, que se traduz em discriminações e exclusão de identidades que não se enquadram no modelo binário homem e mulher.

O caso de Karem não pode ser visto como uma exceção, um fenômeno pontual de um determinado espaço, no caso, a instituição escolar, ou uma ação isolada de Estado, mas traduz uma concepção na qual identidade de gênero e sexo são tratadas como sinônimos. Por meio de tal concepção, a normatização da vida cotidiana é feita de acordo com os órgãos reprodutivos/genitais, atribuindo a cada um dos sexos biológicos papéis e posições sociais, que tanto inviabilizam quanto criminalizam os sujeitos que não se enquadram na norma da heteronormativa, a partir de seus corpos, com-

8 Com as alterações introduzidas pela Lei n. 9.708/98, o art. 58, caput, da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), possibilitou mudanças no nome civil, passando a vigorar da seguinte forma: “O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos e notórios”. Universidades Federais e Institutos Federais têm regulamentado o uso do nome social, e o Ministério da Educação, por meio da Portaria No 1.612/11, regulamentou-o para as servidoras travestis e transexuais.

9 (http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/04/noticias/cidades/1427586-conheca-caca-a-paneleira-que-a-lei-ainda-nao-reconheceu.html)

portamentos e da forma como vivem sua afetividade. Nesse sentido, importa destacar a invisibilidade a que esses/as sujeitos/as estiveram submetidos/as até recentemente. Daí decorrem as dificuldades dos organismos de Estado em assumi-los/las como sujeitos de direitos e incluí-los/las nas políticas públicas.

Leite (2011) corrobora esse entendimento, ao apresentar as recentes denominações travesti e transexual. Historicamente, a luta do Movimento LGBT, que se fortalece no Brasil na década de 1990 (GROSSI, 1998), foi fundamental para retirar essas identidades do campo patológico, deslocando-as para o campo da constituição de sujeitos de direitos, provocando tensionamentos para assegurar o acesso às políticas públicas, como o uso do nome social e o direito de realizar o processo transgenitalizador no Sistema Único de Saúde (SUS) e de nome de registro e alteração da categoria «sexo» nos documentos oficiais (CPF, RG, CNH, Reservista, etc).

Em se tratando de mulheres vitimadas pela violência, de acordo com registros dos documentos do programa (BRASIL, 2011b), e concordando com o pressuposto defendido por Velázquez (2006), é importante incluir a categoria violência de gênero na análise.

Pero una definición de violencia no debe ser sólo descriptiva del fenómeno, sino que debe tener un valor explicativo acerca de qué es la violencia de género y por qué se ejerce mayoritariamente sobre las mujeres. La violencia, entonces, es inseparable de la noción de género porque se basa y se ejerce en y por la diferencia social y subjetiva entre los sexos (VELÁZQUEZ, 2006, p.12).

Segundo a autora, tanto o homem quanto a mulher podem ser sujeitos e objetos de violência de gênero, a qual engloba as violências doméstica, familiar ou intrafamiliar, conjugal, sexual, psicológica, patrimonial. No entanto, na sociedade patriarcal, em decorrência do papel de subordinação das mulheres, são os homens que exercem frequentemente atos de violência material ou simbólica, que afetam a liberdade, a segurança, a intimidade, a integridade moral e/ou física daquelas.

Lisboa (2014) considera que em grande parte das sociedades os atos de violência contra as mulheres são naturalizados e invisibilizados. Por outro lado, na violência exercida contra a mulher, tornam-se visíveis as formas que se relacionam e articulam a violência, o poder e os papéis de gênero.

Investigações realizadas por gestores do programa nos Institutos Federais (HOLANDA, MELO, REIS, SILVA, 2014) mostram que as beneficiárias sofrem diversos tipos de violências que acontecem, principalmente, no âmbito conjugal, perpetradas pelos maridos/companheiros. Se, por um lado, os estudos apontam que há um poder exercido pelos homens sobre as mulheres, Foucault (1998) adverte que o exercício do poder não acontece de modo independente dos processos de resistência.

(...)os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos, de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamentos (FOUCAULT, 2008, p.11).

No âmbito do programa, as ações educacionais dialogam com as realidades, por meio de ferramenta e técnicas, tais como o diagnóstico situacional das comunidades, que contempla o levantamento de dados comportamentais e de situações de violência doméstica. Na formação, também são incluídas temáticas transversais, dentre elas, gênero, saúde e direitos da mulher, e o incentivo de diálogos entre as beneficiárias, seus companheiros, familiares e especialistas na temática de gênero. Um dos impactos detectados foi a reação das mulheres frente à violência doméstica, tais como denúncias nas Delegacias de Mulheres, divórcios e negociações que contribuíram para novas dinâmicas nas relações conjugais (HOLANDA, MELO, REIS, SILVA, 2014).

É importante destacar que a violência de gênero também se articula com as relações e estruturas econômicas que dificultam a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e reforçam sua dependência dos homens. Percebe-se assim que a incorporação de perspectiva de gênero no âmbito da política pública educacional contribui para avanços na emancipação feminina e na redução da violência (Idem, 2014).

Caracterizações das beneficiárias do Programa Mulheres Mil

Nos documentos oficiais, ao se referir ao processo de acesso, que regulamenta a busca ativa nas comunidades para a seleção e o ingresso das beneficiárias na política, sobressaem os termos que expressam as condições adversas. Entre eles, vulnerabilidade social, que se constitui como principal marcador social. Também há uso das expressões mulheres desfa-

vorecidas, mulheres de baixa renda, moradoras do território da cidadania e de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, que se integram na definição da vulnerabilidade social.

O conceito vulnerabilidade social começou a ser utilizado com mais emergência na década de 1990, ampliando a concepção dos estudos relacionados à pobreza, até então vinculados à renda e ao consumo. Ainda em construção, a temática é complexa e engloba várias dimensões e tem sido utilizada como ferramenta analítica de questões econômicas, ambientais, educacionais, de saúde, de violência, entre outros.

Abramovay (2002) destaca que, na América Latina, o primeiro estudo sobre o tema foi realizado por Mozer, em 1998, na pesquisa sobre estratégias de redução da pobreza. A partir da concepção *asset/vulnerability framework*, a autora afirma que, além da renda e de bens materiais, esse conceito passou a ser relacionado aos recursos culturais e à capacidade de acesso dos indivíduos, grupos ou famílias às oportunidades que provêm da sociedade. Nesse enfoque, de acordo com Monteiro (2011), a vulnerabilidade social está relacionada ao desequilíbrio e à carência e engloba três categorias: os ativos, que são os recursos materiais e socioculturais que possibilitam aos indivíduos se desenvolverem na sociedade, tais como, trabalho, lazer, cultura e educação; o conjunto de oportunidades procedentes do âmbito social, concedidas pelo mercado, Estado e sociedade; e as estratégias, definidas como as formas através das quais os indivíduos usam os ativos para construir mudanças estruturais de um dado contexto social. Para os estudiosos, a ausência desses elementos caracteriza a situação de vulnerabilidade social (MONTEIRO, 2011).

Na caracterização das beneficiárias do programa que aqui é analisada, a vulnerabilidade social de recursos materiais está associada às carências de renda, precariedades de moradia, invisibilidade social, baixa escolaridade, desemprego e/ou subemprego. Portanto, no contexto social em que estão inseridas, elas enfrentam dificuldades para usufruir das oportunidades existentes na sociedade, impossibilitando-as de promover mudanças em suas realidades.

Quadro 2: Caracterização das beneficiárias do Programa Mulheres Mil

<p>PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL (BRASIL, 2011b)</p>	<p>O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica(...) (p. 1).</p> <p>Mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano (p.2).</p> <p>As beneficiárias tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima (p. 3).</p> <p>Nas 13 experiências implantadas no Norte e Nordeste, detectaram-se peculiaridades referentes às moradoras da área rural e urbana na faixa etária entre 30 e 60 anos. Essa parcela da população sofreu um processo de exclusão educacional e social e encontra-se hoje à margem dos direitos...(p.6).</p> <p>Em relação às moradoras da área urbana, muitas fazem parte das estatísticas de brasileiros que migraram do campo para a cidade entre as décadas de 1960 e 1980 e, junto com as suas famílias, foram habitar as periferias e as áreas de risco dos grandes centros urbanos (p.6).</p> <p>Outra realidade vivenciada por essas mulheres é a invisibilidade, pois, por morarem em áreas de risco, às margens de rodovias, leitos de rios e mangues, comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, não são contabilizadas nas estatísticas, muitas sequer têm documentação, e assim não conseguem a inclusão em políticas públicas. Mesmo aquelas que têm o Ensino Fundamental ou Ensino Médio incompletos, por falta de qualificação profissional, estão desempregadas ou em subempregos e ganham menos que os homens (p.7).</p>
<p>GUIA METODOLÓGICO DO SISTEMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO (BRASIL, 2011c)</p>	<p>O principal objetivo do acesso é viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina brasileira em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional (...) (p.5).</p> <p>Com base no resultado do questionário aplicado, realizar a definição do perfil por meio de estudo das condições de vulnerabilidade, quais sejam: baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, fragilidade da estrutura de apoio familiar, experiências educacionais e de vida negativas, pobreza acentuada (p.9).</p>

Elaboração: autoras, 2015.

Observa-se que a caracterização da mulher beneficiária nos documentos oficiais se modifica no decorrer da apresentação do processo educacional. Ao expor as orientações para implementação da metodologia educacional, que prevê a certificação dos saberes considerados não formais, o conceito vulnerabilidade social vai sendo suprimido, passando a prevalecer os termos: mulheres, mulheres do programa, mulheres beneficiadas, aluna, grupo de alunas, alunado não tradicional, educandas, trabalhadoras e egressas. Este último demarca o momento da conclusão do curso e da inserção no mundo do trabalho.

Para as mulheres pobres e chefes de família, o acesso à escola é apontado como ponto chave não somente para o seu desenvolvimento pessoal, mas também para a erradicação do ciclo da miséria e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social dos países. Atualmente, esse princípio integra as orientações elaboradas pelos organismos internacionais para os governos, apontando a necessidade de implementação de políticas educacionais para a escolarização e profissionalização de mulheres de camadas populares, com vistas a promover a igualdade e equidade de gênero. Em *Educação, um Tesouro a Descobrir*, são feitas as seguintes recomendações: “garantir a igualdade de acesso das mulheres à educação, eliminar o analfabetismo feminino, melhorar o acesso das mulheres à formação profissional, ao ensino científico e tecnológico e à educação permanente” (DELORS, 2000, p.197).

Mesmo diante das mudanças econômicas e sociais e dos avanços conquistados pelas mulheres, por meio das lutas das feministas, verifica-se que nos objetivos educacionais presentes do programa há prevalência para os papéis de mãe e cuidadora da família e da sociedade. Espera-se que os impactos educacionais se materializem na melhoria das relações familiares e do desempenho dos seus filhos na escola e na conquista do respeito junto ao cônjuge/companheiro. Cabe ainda a essa mulher, após o término da qualificação, inserir-se no mundo do trabalho, enquanto trabalhadora/provedora, e contribuir para o desenvolvimento sustentável e igualitário do país, com a redução da miséria e dos índices de analfabetismo. Extrapolando o âmbito da família, também são postulados impactos referentes ao papel de liderança frente às demais mulheres, visando incentivá-las a ingressar em processos educacionais.

Considerações finais

A articulação entre o conceito de vulnerabilidade social, feminização da pobreza e a compreensão da educação como direito humano têm balizado a implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de pobreza, como é o caso do Programa Nacional Mulheres Mil, que tem como objetivo ofertar educação profissional com elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Nos documentos oficiais do Programa Mulheres Mil (BRASIL, 2011b e c), as beneficiárias apresentam um conjunto de restrições que as colocam em situação de vulnerabilidade social: a maioria é chefe de família, têm baixo índice de escolaridade, residem em condições precárias, encontram-se no desemprego ou subemprego, possuem dificuldades de acesso às políticas públicas, e, muitas vezes, são vitimadas pela violência doméstica. Tais situações dificultam, não somente a inserção nas oportunidades formais de trabalho, como também as coloca em situação de submissão e desigualdade perante os homens (HOLANDA, MELO, REIS, SILVA, 2014). Observa-se ainda que as carências socioeconômicas se integram às categorias de gênero, classe e raça/etnia.

Segundo Louro (2008), a construção do gênero não é um processo inato, definida pelas características biológicas com as quais se nasce, mas “dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (IDEM, P.18). Portanto, as normatividades impostas socialmente para os papéis femininos e masculinos são processos históricos, contextualizados no tempo e espaço de cada sociedade.

A célebre frase de Simone de Beauvoir: *Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*, que há mais de cinquenta anos balançou o meio intelectual, ainda continua sendo importante para compreender que a categoria gênero é relacional, que envolve homens e mulheres, não fixada ou acabada, mas sempre em processo. “Nada há de puramente natural e dado em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. (...) dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, indefinidamente” (LOURO, 2008, p.18).

Portanto, a construção da identidade de gênero e sexualidade está imbricada nas transformações que são inerentes à história e à cultura. Nos

últimos tempos, em decorrência do movimento feminista e LGBT essas diferentes identidades têm se tornado mais visíveis, e os sujeitos têm reivindicado reconhecimento e espaço nas políticas públicas.

No entanto, a identidade de gênero muitas vezes se confunde com a do sexo biológico, podendo limitar o acesso às políticas públicas. Assim, o reconhecimento da diferença e da diversidade das identidades configura-se como um desafio do Programa Nacional Mulheres Mil, no qual a concepção de gênero conforma-se no âmbito da construção social de homens e mulheres, educados e socializados de maneiras diferentes, com comportamentos e papéis socialmente definidos pelas instituições sociais e legais: família, escola, igreja e Estado.

No caso do Programa Mulheres Mil, a sua concepção está ancorada no conceito de feminização da pobreza e a identidade de gênero associada à maternidade, preponderando os aspectos morfológicos do corpo feminino ligados à capacidade biológica reprodutiva (vagina e útero), e a heterossexualidade como única forma de vivenciar a sexualidade. Tal recorte garante direito humano à educação de mulheres pobres em situação de vulnerabilidade social, mas inviabiliza a participação de sujeitos transexuais e travestis, que também estão em situação de vulnerabilidade social e são vitimadas pela violência e desigualdades raciais. A partir do exposto, infere-se a importância da revisão dos marcos conceituais e teóricos em relação às identidades de gênero, para que esses sujeitos sejam igualmente considerados e visibilizados nas políticas públicas, visto que as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não abarcam as possibilidades de práticas e de identidades dos sujeitos.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M., et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192p.

AGUILAR, P. L. *La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas*. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun, 2011.

ÁVILA, M.B. *Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde*. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(Sup.2), 2003, p. 465-469.

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004a. <Disponível em <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov.2014
- BRASIL. *Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004b. <Disponível em <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 nov.2014
- BRASIL. *Portaria 1.015/11*. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil e dá outras providências. Brasília, 2011a. <Disponível em <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 nov.2014.
- BRASIL. *Programa Nacional Mulheres Mil*. SETEC/MEC, Brasília, 2011b. <Disponível em <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 nov.2014.
- BRASIL. *Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil*. SETEC/MEC. Brasília, 2011c. <Disponível em <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 nov.2014.
- CARVALHO, M.P.C. Gênero e política educacional em tempos de incerteza, In: HYPOLITO, A.M.; GANDIN, L.A (Org.). *Educação em tempos de incertezas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.137-162.
- CHANT, S.H. “Re-thinking the ‘Feminization of Poverty’ in Relation to Aggregate Gender Indices. *Journal of Human Development*. Vol. 7, No. 2, pp. 201-220, 2006< Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/14649880600768538>>. Acesso em:15 jan.2015.
- CORRÊA, S. *Cruzando a Linha Vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 26, p. 101-121, jul/dez, 2006.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2ed. São Paulo: Cortez (2003)
- FREITAS, R. de C. M.; LAGO, M. C. de S.; SILVA, E. F. Programa Bolsa Família em Florianópolis: velhas questões, outros olhares. In: *Serviço Social: Questões Contemporâneas*. Florianópolis: Editora UFSC, p. 75-104, 2012
- FREITAS, R. de C. M. “Programas de combate à pobreza: o poder das

mulheres às avessas.” In: *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. v. II, 439: 269-298. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GROSSI, M.P. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Coleção Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998

HOLANDA, V., MELO, F.M. R., REIS, A.C., SILVA, A.F. *Flor do Sertão: cultivando educação, trabalho e cidadania no alto oeste potiguar*. Fortaleza: Conexões: Ciência e Tecnologia, V.08, n.1, p.9 - 20, 2014.

LEITE Jr. Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume. 2011.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Campinas: Pro-Posições v.19 n.2 P.17- 23, 2008.

MELO, H. P. Gênero e Pobreza no Brasil. In: *Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe*. Brasília: CEPAL, 2005

MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2008

MONTEIRO, S. R. R. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: *Seminário de Políticas Sociais do Mercosul*, 3., 2011, Pelotas. Anais. SEPOME, 2011.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Minas Gerais: ABEP, 2004.

OIT. *Tendencias mundiales del empleo de las mujeres*. Ginebra: OIT, 2009, 78 p.

PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: SETEC/MEC, 2010.

PIOVEZAN, F. Concepção contemporânea de direitos humanos. In:

HADDAD, S.; GRACIANO, M. (Orgs.). *A educação entre os direitos humanos*. Campinas: Autores Associados; Ação Educativa, 2006. (11-42)

ROSEMBERG, F. *Educação e Gênero no Brasil nos anos 80*. São Paulo: PUC, 1994.

SILVA, T. D. In: Marcondes, M. M. [et al.]. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013, p. 109-131.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, n. 2, p. 5-22, 1995.

VELÁZQUEZ, S. *Violências cotidianas, violência de gênero – escuchar, comprender, ayudar*. Buenos Aires: Editora Paidós, 2006

WEEKS, J. La invención de la sexualidad. En: *Sexualidad*. México: Paidós: UNAM: PUEG, 1998.

* Joana Célia dos Passos é doutora em Educação e Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.
<passos.jc@gmail.com>

* Stela Rosa é Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.
<stelammrosa@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA

DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Maria das Dores Campos Machado
(ESS-UFRJ)

Ricardo Rezende Figueira (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: UNRWA/Fotos Públicas.